

Em direção a uma nova definição de estereótipos: teste empírico do modelo num primeiro cenário experimental¹

Toward a new definition of stereotypes: empirical test of the model in a first experimental scenario

Marcos Emanuel Pereira²

João Gabriel Modesto³

Marta Dantas Matos⁴

RESUMO: Definidos como sistemas de crenças socialmente compartilhadas a respeito das características homogêneas de indivíduos de uma determinada categoria social, cujos fundamentos são encontrados nas teorias explicativas a respeito dos fatores que determinam os padrões de conduta, os estereótipos ocupam um importante papel na psicologia social. O presente artigo possui o duplo objetivo de evidenciar que os estereótipos não são aplicados exclusivamente às categorias sociais, bem como submeter à prova empírica um modelo explicativo dos estereótipos elaborado a partir de duas dimensões, a entitatividade e as teorias explícitas. Para teste do modelo foi elaborado, e apresentado, um cenário experimental, construído no ambiente virtual, mediante o uso da plataforma EF Survey. Os resultados indicam uma boa consistência interna do modelo e sugerem a necessidade e incluir ajustes na definição de estereótipos.

Palavras-chave: estereótipos; definição; ambiente virtual; teorias implícitas; entitatividade.

ABSTRACT: Defined as systems of social shared beliefs about homogeneous characteristics of individuals of a specific social category, and whose fundamentals are found in the explanatory theories on the factors that determine the conduct standards, the stereotype concept plays an important role in social psychology. This article has objectives of both, to evidence that stereotypes are not exclusively applicable to social categories, as well as to submit an explanatory model of the stereotypes elaborated based on two dimensions - entitativity and the explicit theories - to empirical proof. To test this model, an experimental scenery, built in a virtual environment, through the use of EF Survey platform was elaborated and presented. The results indicate a good intern consistence of the model and suggest the necessity of including adjusts in the definition of stereotypes.

Keywords: stereotypes; definition; virtual environment; implicit theories; entitativity.

Em que pese os avanços conceituais, teóricos e metodológicos, o campo de estudo dos estereótipos se ressentia de um limite fundamental: a ausência de uma definição, se não precisa, ao menos acolhida de uma forma relativamente consensual entre os autores especializados. Sabe-se, por exemplo, a origem do termo, na indústria tipográfica, como foi usado na psiquiatria para fazer alusão a uma sequência de gestos repetitivos aos quais se achavam acometidos os portadores da então denominada demência precoce, e como chegou, no início do século passado, às ciências sociais, pela pena de um jornalista (Lippman,

¹ O presente trabalho recebeu apoio financeiro do Edital de Ciências Humanas do CNPq.

² Doutor em Psicologia; Professor Associado da Universidade Federal da Bahia – Bahia, Brasil. E-mail: memanoel@gmail.com.

³ Aluno de graduação em Psicologia na Universidade Federal da Bahia – Bahia, Brasil.

⁴ Aluna de graduação em Psicologia na Universidade Federal da Bahia – Bahia, Brasil.

1922). Ainda assim, desde cedo ficaram claras as dificuldades de definição e caracterização: como diferenciá-los das crenças socialmente compartilhadas? Como passar da identificação dos referentes e das descrições dos conteúdos aos processos mentais? Como saber o que pertence ao domínio pessoal e aquilo que só pode ser entendido na dimensão coletiva? Qual o fundo de verdade dos estereótipos e em que medida eles correspondem ao que se manifesta na realidade?

Se considerarmos, no entanto, o nível de conhecimento do público acerca do termo estereótipos, as ressalvas acentuadas pelos estudiosos pouco significam. Uma consulta ao Google retorna cerca de vinte e três milhões de documentos associados ao termo *stereotype*, quase seis milhões ao indexador *stereotyping* e aproximadamente cinco milhões de documentos vinculados ao termo de busca estereótipos. Esta difusão não se restringe ao universo online, pois inúmeros produtos da indústria jornalística e cultural estão sempre trazendo-os à baila, recorrendo a eles quando se busca tornar mais plausível uma explicação para algum fenômeno humano relativamente complexo. De modo geral, o termo faz alusão a sentimentos ou a valores negativos, sendo frequentemente associado a relatos nos quais se encontram presentes referências a fenômenos como a discriminação, os estigma, os preconceitos e a exclusão social (Pereira, 2002).

Pode-se, *grosso modo*, identificar duas grandes direções de estudo, as quais reproduzem, em certa medida, o debate entre as perspectivas individualistas e holistas que marca a psicologia social desde as suas origens (Álvaro & Garrido, 2006). Estudos, a exemplo dos desenvolvidos segundo a perspectiva da cognição social, se assentam em um plano ontologicamente individualista e enfatizam um plano de investigação centrado na análise dos mecanismos e processos mentais dos indivíduos (Devine, 1989; Gilbert & Hixon, 1991). Os trabalhos subordinados a esta abordagem se assentam em um modelo explicativo que se fundamenta numa imagem de ser humano ora ávaro, ora taticamente motivado, que tenta, e consegue, ainda que às custas de um número mais do que razoável de erros de julgamento e apoiando-se substancialmente em heurísticas e de vieses (Tversky & Kahneman, 1974), oferecer uma certa ordem e estabilidade ao mundo percebido. Os estereótipos podem ser entendidos como elementos simplificadores e ordenadores da realidade e fazem parte do repertório de mecanismos destinados a permitir uma melhor adaptação da espécie humana ao ambiente físico e social.

Qual o sentido de se adaptar a um mundo no qual a desigualdade e os privilégios de poucos é uma característica marcante? A segunda perspectiva de estudo se fundamenta no abandono dos modelos ontológicos e epistemológicos individualistas e se centra no entendimento de que os estereótipos devem ser considerados fenômenos que emergem das relações conflituosas entre diferentes grupos (Yzerbyt, Rocher & Schadron, 1997; Yzerbyt, Schadron, Leyens & Rocher, 1994; Jost & Hunyady, 2005), funcionando especialmente como mitos legitimadores de ideologias e como mecanismos de justificação dos privilégios de certos grupos ou categorias sociais (Jost & Banaji, 1994; Jost, Banaji & Nosek, 2004; Jost & Major, 2001).

Claro está que as duas perspectivas contribuem, cada uma à sua maneira, para a explicação e compreensão dos estereótipos, embora não seja incorreto admitir que, em decorrência das premissas que acolhem, as versões oferecidas por cada uma delas estão longe de esgotar o tema e, ainda mais, causam uma certa dificuldade que se exprime não apenas pelo grande número de definições, com o também por uma certa ironia ou mal estar

que pode ser identificado entre os estudiosos quando estes se referem a esta profusa rede de definições para o termo estereótipos (Hamilton & Sherman, 1994; Stangor & Schaller, 1996; Stangor, 2009).

O modelo teórico

Incorporando diferentes tradições de pesquisa, e buscando superar os limites e dificuldades encontrados nas definições tradicionais sobre os estereótipos, este artigo objetiva apresentar os dados resultantes do teste empírico de uma hipótese derivada do modelo teórico que adotamos para o estudo dos estereótipos. O modelo se assenta no entendimento de que os estereótipos tanto simplificam e organizam a realidade, quanto servem para justificar e racionalizar as ações e condutas. Definimo-los como “sistemas de crenças socialmente compartilhadas a respeito de determinados entes, em geral membros de uma categoria social, que tem por referentes suposições sobre a homogeneidade grupal e sobre os padrões de comportamento comuns adotados pelos membros do grupo, cujos fundamentos são encontrados nas teorias implícitas a respeito dos fatores que determinam os padrões de conduta dos indivíduos avaliados mediante a aplicação de um julgamento categórico, usualmente, porém não exclusivamente, fundamentado em suposições sobre essências ou traços psicológicos, concebidos como intercambiáveis entre os membros do grupo ou categoria” (Pereira, 2011).

As principais dimensões dessa definição podem ser visualizadas na figura 1, onde se verifica que os estereótipos só podem ser explicados desde que seja levada em consideração a dimensão perceptual da entitatividade, bem como a dimensão mais cognoscitiva das teorias implícitas. À falta dessa articulação podemos falar de outros fenômenos, a exemplo da formação de protótipos (Blair & Banaji, 1996), nas circunstâncias em que não se encontra presente a dimensão das teorias implícitas, ou a atribuição de causalidade (Hewstone, 1990; Maass, Salvi, Arcuri & Semin, 1989; Weiner, 1985), quando não se faz presente a dimensão da entitatividade.

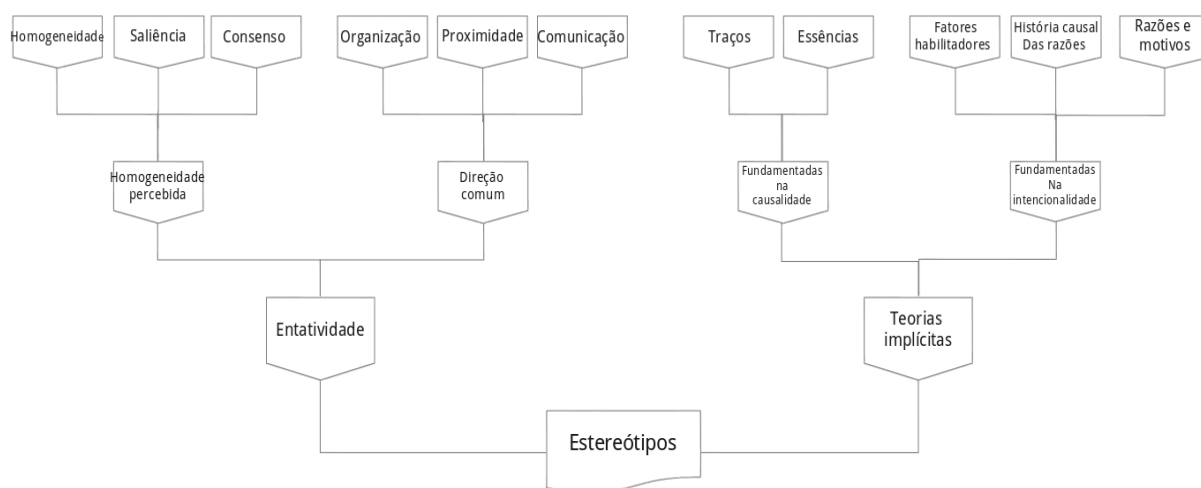


Figura 1 - Diagrama dos fatores incluídos na definição de estereótipos

Entitatividade

A entitatividade se refere à operação mental que impele a percepção de um agregado

de indivíduos como membros de uma totalidade, ou seja, como parte de uma entidade distinta e irredutível aos seus componentes individuais (Campbell, 1958; Dasgupta, Banaji & Abelson, 1999). Os conceitos de homogeneidade percebida e direção comum permitem circunscrever a dimensão da entitatividade (Haslam, 1997; Park & Rothbart, 1982; Ryan, Bogart & Vender, 2000; Sechrist, & Stangor, 2001). Quanto mais os indivíduos se assemelham, mas facilmente eles podem ser des-individualizados e percebidos como parte de um todo. A similaridade dos membros de um grupo ou categoria facilita a saliência perceptual que, por sua vez, favorece a diferenciação dos membros de um grupo em relação aos outros. Quanto mais são enfatizadas as semelhanças entre os membros de um mesmo grupo e estes se tornam mais salientes ou diferenciados em relação aos outros grupos, mais facilmente se pode chegar a um consenso a respeito dos predicativos que supostamente se referem ao próprio grupo, bem como acentuar os contrastes em relação aos atributos que se supõe ser aplicados aos membros do outro grupo.

Não apenas os indivíduos que se assemelham na aparência física podem ser des-individualizados, graças ao efeito do mecanismo da direção comum, que se manifesta quando passamos a tratar como parte de um todo indivíduos, que mesmo diferentes no plano visual, executam uma mesma atividade de uma forma organizada, estão relativamente próximos entre si e se comunicam para expressar e compartilhar expectativas e ideais (Brewer, Hong & Lee, 2004; Crawford, Sherman & Hamilton, 2002; Doosje, Ellemers & Spears, 1995).

Teorias implícitas

Uma teoria implícita é um modelo explicativo adotado por pessoas que não possuem formação científica, mas que parece ser suficientes para atender as exigências encontradas no cotidiano para oferecer explicações para os entes e eventos situados no entorno físico e social (Chiu, Hong & Dweck, 1997; Dweck, Chiu & Hong, 1995; Estrada, Oyarzún & Yzerbyt, 2007; Hong, Levy & Chiu, 2001; Levy, Stroessner & Dweck, 1998). A explicação das condutas e ações humanas pode se dar a partir da dimensão da causalidade ou a partir da intencionalidade. Teorias fundamentadas na causalidade prescindem de qualquer alusão à intenção humana, uma vez que se sustentam em causas internas, a exemplo de traços psicológicos ou o pensamento essencialista (Bastian & Haslam, 2006; Haslam & Levy, 2006; Katz & Braly, 1933; Keller, 2005). As teorias fundamentadas na intencionalidade podem se referir às razões e motivos, quando o percebido avalia que o agente dispõe de motivos claros e suficientes para a execução da ação observada, à história causal das razões, quando o percebido ao não encontrar razões diretas que possam estar relacionadas com a ação, faz o apelo a tendências explicativas gerais sobre os comportamentos humanos, a exemplo das crenças valores e atitudes do agente que manifesta a ação a ser explicada e, finalmente, podem aludir aos fatores habilitadores, entendidos como as pressões presentes na situação que facilitam ou dificultam a transformação da intenção do agente em um ato concreto (Malle, 1999, 2006).

Método

O presente artigo reporta os resultados de dois experimentos, um no qual se utilizou um delineamento de amostras independentes e um segundo configurado de acordo com um

delineamento de medidas repetidas.

É importante assinalar, no entanto, que no nosso entendimento um experimento está longe de assumir um compromisso com a reprodução, sob condições de laboratório, das condições reais e concretas nas quais os fenômenos psicossociais se manifestam. O compromisso aqui expresso é prioritariamente com a validade interna e menos com a ecológica e depende da aceitação da tese de que vivemos em um mundo real no qual estão presentes entes individuais e sociais que estão envolvidos com eventos das mais diversas ordens. Acolhe-se aqui a suposição enunciada por Bhaskar (1987) de que a realidade é estratificada em três domínios, o real, o *actual* e o empírico. Nessa perspectiva, o domínio do real envolve os mecanismos e processos cuja existência independe de nosso conhecimento e que não são diretamente acessíveis através da experiência ordinária. O domínio empírico é o lugar da experiência ordinária, o espaço onde são atribuídos significados e sentidos aos diferentes fenômenos que nos rodeiam. Um experimento psicológico se situa no domínio do *actual* e representa uma construção capaz de lançar pontes entre a experiência cotidiana ordinária e a inacessibilidade do domínio do real, sendo um cenário, geralmente produzido em condições artificiais, que permite avaliar e estudar os eventos que se derivam dos efeitos dos mecanismos cujo estrato de manifestação é o do mundo real (Pereira, 2011).

O diagrama apresentado na figura 2 retrata as relações entre as duas dimensões do real que nos interessa estudar, os entes sociais que o habitam, constituído pelo agregados, categorias e grupos sociais, e os eventos mentais, que se referem aos comportamentos, às ações, aos pensamentos intencionais e às experiências, e a dimensão do *actual*, representado pelos cenários virtuais especialmente elaborados para o teste do modelo teórico. Conforme se observa no quadro entes da figura 2, diferenciamos três grandes classes, conformando cinco tipos de entes sociais: os agregados, as categorias sociais naturalizáveis, as categorias sociais entitativas, os grupos orientados para tarefas e os grupos de intimidade.

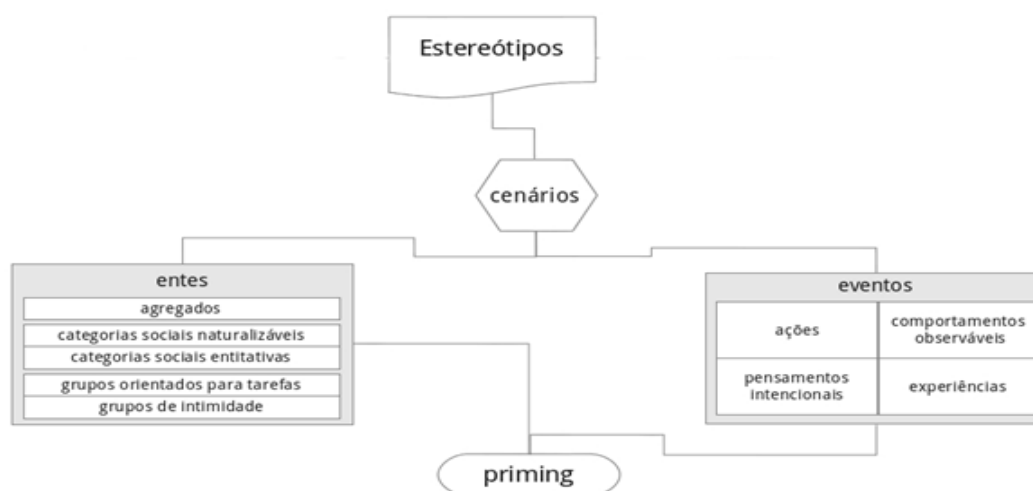


Figura 2 - Diagrama das relações entre cenários, entes e eventos mentais.

Cenários

O presente artigo, ao qual se seguirá um segundo sobre os testes empíricos realizados no cenário II, se refere ao tipo de estudo conduzido em um cenário experimental mais simples, conforme pode ser observado na diferenciação abaixo postulada:

- Cenário I: entes

- Cenário II: entes + eventos mentais
- Cenário III: entes + eventos + manipulação dos mecanismos (priming, por exemplo)

As discussões aqui apresentadas consideraram apenas os resultados provenientes de dois estudos conduzidos no cenário de tipo I, ou seja, as análises se referem somente aos entes sociais e aos conceitos relativos ao modelo dos estereótipos previamente exposto, prometendo-se, para uma próxima oportunidade, um experimento compatível com as diretrizes do cenário II, incluindo, conseqüentemente, além da entitatividade e das teorias implícitas, os entes sociais e os eventos mentais.

Delineamento experimental

Embora se refiram ao mesmo tipo de cenário, os estudos 1 e 2 ostentam algumas diferenças no delineamento experimental. O primeiro experimento adota um desenho de amostras independentes e os participantes, conforme se observa no diagrama apresentado na imagem a) da figura 3, responderam todos os itens relativos às variáveis do modelo, apenas em relação a um único ente social (agregados: pessoas numa fila, passageiros de um meio de transporte, pedestres esperando o sinal abrir para atravessar a rua; categorias naturalistas: homens, mulheres, crianças; categorias entitativas: pessoas ricas, evangélicos, criminosos; grupos de intimidade: família, amigos, colegas; grupos orientados para a tarefa: militantes feministas, voluntários de uma ONG, trabalhadores em uma linha de montagem). Os rótulos das categorias foram apresentadas exclusivamente sob a forma textual. Após responder a todos os itens relativos a uma categoria, os participantes responderam aos itens de algumas escalas, também apresentados de forma aleatória e, em seguida, ao questionário sócio-demográfico.

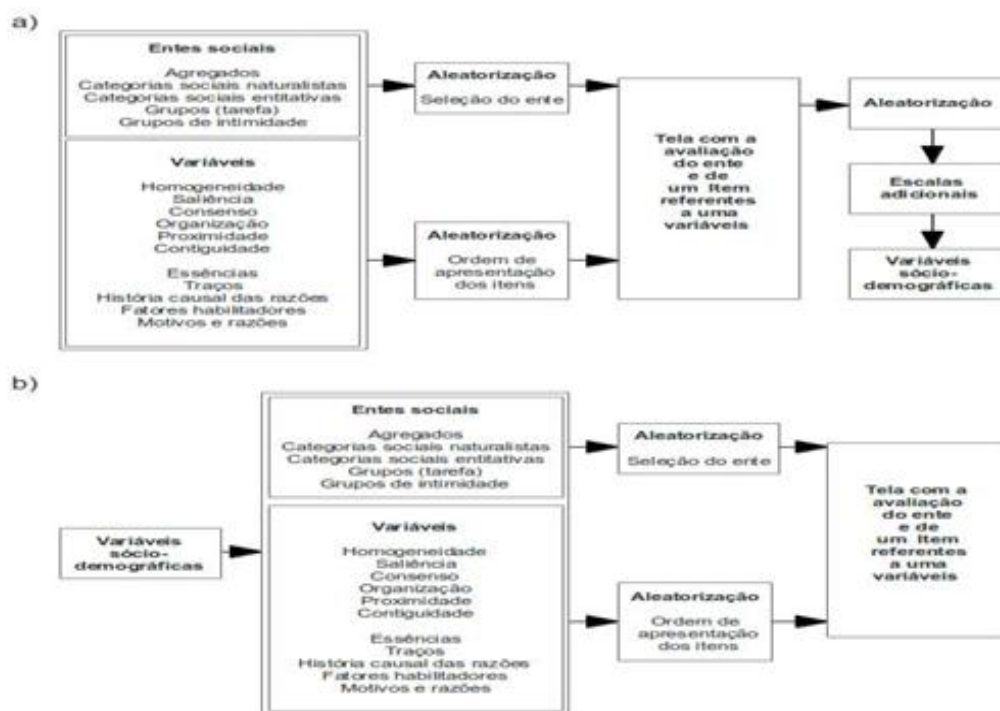


Figura 3 - Delineamento dos estudos 1 (a) e 2 (b)

O estudo 2, representado no diagrama b) da figura 3, indica que inicialmente os participantes responderam ao questionário sócio-demográfico e em seguida foram apresentados de forma sucessiva, e exaustiva, todos os itens de avaliação de cada variável relativos a cada um dos entes sociais, o que perfaz, caso todos os *trials* tenham sido efetivados, a um total de 510 respostas (15 tipos de entes sociais x 34 itens das variáveis do modelo), donde a inclusão do botão abandonar a pesquisa, conforme observado na figura 3.

Participantes

A coleta de dados referente ao estudo I ocorreu entre os dias 19 de janeiro a 30 de novembro de 2009. Neste período, acessaram a página *web* da pesquisa 1.140 participantes, dos quais 552 acederam ao questionário, 273 respondendo até o final, o que corresponde a uma taxa média de finalização de 24%. O tempo médio de resposta foi de 15 minutos e 41 segundos.

No que se refere ao estudo II, os dados foram coletados entre os dias 23 de fevereiro de 2010 e 29 de agosto de 2011. Nesse período 1.471 participantes acessaram a página *web*, dos quais 849 (57,7%) efetivamente acederam ao questionário. O tempo médio de resposta foi de 1,04 hs. Destes, 636 informaram o sexo, dos quais 239 (37,6%) eram do sexo masculino e 397 (62,4%) do sexo feminino. A média de idade foi de 27,1 anos, a mediana de 24, a moda de 20, a idade mínima de 13, a máxima de 65 e desvio-padrão de 9,37 anos. Em relação à escolaridade 4 informaram o curso fundamental, 64 o curso médio (10,2%), 418 (66,8%) o curso superior e 140 (22,4%) pós-graduação. Por fim, no que tange à região geográfica, 14 (1,8%) afirmaram residir na região norte, 137 (22,2%) na região nordeste, 177 (28,7%) na região centro-oeste, 123 (20,0%) na região sudeste e 168 (27,3%) na região sul do Brasil.

Procedimentos e instrumentos

Em ambos os estudos os dados foram coletados a partir do sistema *EFS Survey*. Procuramos avaliar em que medida os participantes consideravam apropriado julgar um ente social de acordo com os itens incluídos nas duas dimensões do modelo teórico, a entitatividade (homogeneidade percebida, consenso, saliência, grau de organização, proximidade e comunicação) e as teorias implícitas (essências, traços, história causal das razões, fatores habilitadores e razões e motivos). Os enunciados de cada um dos itens das várias dimensões podem ser visualizados na figura 4.

Todas as opções de respostas foram apresentadas numa escala de 4 pontos, com o valor 1 representando nenhuma concordância e o valor 4 indicando concordância completa com a assertiva. Os rótulos das categorias foram apresentados sob a forma de texto, enquanto no estudo 2 as categorias objetos de avaliação foram apresentadas na forma de texto e imagens. As imagens foram escaneadas numa resolução de 180 dpi e renderizados no tamanho de 450 x 337 *pixels*.

Variável mensurada	Itens
Homogeneidade	Pensam de maneira semelhante São fisicamente semelhantes Vestem-se de forma semelhante
Saliência	São facilmente diferenciados dos membros dos outros grupos Destacam-se com facilidade no meio de uma multidão
Consenso	Ninguém possui dúvidas de que são o que são
Organização	Agem de forma organizada Por serem organizados, possuem um bom poder de pressão Possuem objetivos semelhantes São percebidos como uma unidade coerente São mais facilmente percebidos como um todo do que como uma coleção de indivíduos
Proximidade	Estão sempre procurando se aproximar dos seus iguais Estão sempre lado a lado com os seus semelhantes
Comunicação	Falam sempre com os seus semelhantes Gostam muito de conversar entre si Mantém um bom padrão de comunicação entre si
Essências	Possuem características genéticas comuns São naturalmente inclinados a serem o que são Estão impedidos de mudar a própria natureza e modificar a maneira pela qual estão acostumados a agir
Traços	Possuem características psicológicas estáveis Difícilmente deixarão de ser o que são
História causal das razões	Agem de forma compatível com as atitudes que abraçam Estão sujeitos a normas culturais Fazem aquilo em que acreditam São fiéis aos valores aos quais abraçam
Fatores habilitadores	Atribuem grande importância às posições sociais Estão sujeitos às pressões dos seus iguais Se preocupam com as pressões da situação
Razões e motivos	Definem o que querem e fazem o possível para alcançar o almejado Sabem o que estão fazendo Definem o que querem e fazem o possível para alcançar o almejado Costumam refletir bem antes de agir Avaliam bem os motivos das suas ações Lutam para transformar as intenções em atos

Figura 4 - Variáveis e itens mensurados

A figura 5 reproduz a tela criada no ambiente EFSurvey, em que se enuncia o item destinado a avaliar a dimensão entitativa da homogeneidade em relação aos membros uma categoria entitativa (voluntários de ONGs) e a escala de 4 pontos mediante o qual o ente foi avaliado.

voluntários de ONGs (organizações não-governamentais)



São mais facilmente percebidos como um todo do que como uma coleção de indivíduos

não ☐ talvez ☐ provavelmente ☐ certamente ☐

Abandonar a pesquisa Confirmar

Figura 5 - Reprodução parcial da tela, com a avaliação da percepção de uma das dimensões da entitatividade

dos voluntários de uma ONG.

Resultados e discussão

Apresentaremos, e discutiremos, em separado, os resultados dos dois experimentos. Observar-se-á uma clara assimetria em relação à profundidade de discussão dos resultados nos dois estudos, pois, no experimento um, apenas identificaremos, mediante uma estratégia comparativa, as diferenças em cada uma das dimensões do modelo em função dos tipos de entes, assim como faremos o uso de uma estratégia associacional para evidenciar que embora possam ser identificadas diferenças entre as dimensões em relação a cada um dos entes, eles mantêm uma relação de associação entre si.

Para avaliar as diferenças nas dimensões do modelo em relação aos distintos tipos de entes sociais conduzimos uma série de ANOVAs, cujos resultados estão sumarizados na tabela 1. Os resultados evidenciam diferenças significativas na avaliação de todas as dimensões do modelo, para cada um dos cinco entes sociais submetidos à avaliação. Esse resultado indica que os estereótipos não são aplicados indiscriminadamente a todo e qualquer ente social ou, pelo menos, demonstra que os mecanismos que supomos estar envolvidos na ativação e aplicação dos estereótipos não são aplicados de forma homogênea e dependem da natureza do ente ao qual o alvo do julgamento estereotipado pode ser circunscrito.

Tabela 1 - Médias de cada dimensão do modelo, por ente social

Componentes	Entitatividade		Teorias implícitas				
			Fundamentadas na causalidade		Fundamentadas na intencionalidade		
Entes	Homogeneidade percebida	Direção comum	Traços	Essências	Fatores habilitadores	História causal das razões	Motivos e razões
Agregados	2,27	2,70	2,61	2,49	3,50	2,84	2,92
Categorias sociais naturalistas	3,05	3,32	2,66	3,04	3,85	3,09	3,01
Categorias sociais entitativas	2,64	3,18	2,51	2,05	3,75	3,13	3,17
Grupos (tarefa)	2,39	3,15	2,96	1,88	3,45	3,30	3,40
Grupos (intimidade)	2,84	3,28	2,99	2,64	3,74	3,39	3,32
Anova	F(4,289)=2,90, p<001	F(4,292)=5,90, p<001	F(4,283)=3,23, p<05	F(4,284)=15,83, p<001	F(4,285)=2,54, p<05	F(4,289)=3,23, p<05	F(4,289)=2,54, p<05
Tamanho do efeito	Eta2=,091	Eta2=,075	Eta2=,044	Eta2=,185	Eta2=,035	Eta2=,047	Eta2=,054

Observa-se, por exemplo, que a estereotipização dos agregados foi definida prioritariamente pelos fatores habilitadores, uma dimensão estritamente intencional,

enquanto a homogeneidade percebida pouco contribuiu para a explicação de entes como filas ou passageiros de um meio de transporte. No caso das categorias sociais naturalistas, as explicações causais fundamentadas em traços psicológicos não desempenharam um papel tão decisivo quanto as explicações essencialistas, embora este último fator tenha sido bem menos marcante do que a explicação intencional baseada nas pressões situacionais. Essa última fonte de explicação também se mostrou importante, ao lado da direção comum, no caso das categorias sociais entitativas. Em relação aos grupos, nota-se que orientados para a tarefa ou de intimidade, ambos foram pouco explicados pelas dimensões entitativa da homogeneidade percebida e causal das essências e, como de resto e de forma igual aos demais tipos de ente, foram explicados preponderantemente pelos fatores habilitadores.

Em que pese estas diferenças no julgamento dos entes sociais, a avaliação dos construtos incluídos no modelo é consistente, conforme se observa nas figuras 6, onde se mostra as correlações entre os vários domínios da entitatividade por cada tipo de ente social (agregados, categorias naturais, categorias entitativas, grupos de intimidade, grupos voltados para tarefa) e na figura 7, onde são apresentadas as correlações entre as dimensões das teorias implícitas por tipo de ente.

	Hom	Sal	Cons	Org	Prox	Comun
Hom	*	Ag - Ce Gi Gt	- Cn Ce Gi Gt	Ag Cn Ce Gi Gt	Ag Cn Ce Gi Gt	Ag Cn Ce Gi Gt
Sal		*	Ag Cn Ce Gi Gt	Ag Cn Ce Gi Gt	Ag Cn - Gi Gt	Ag Cn Ce Gi -
Cons			*	Ag Cn Ce Gi Gt	- Cn - Gi Gt	- Cn Ce Gi Gt
Org				*	Ag Cn Ce Gi Gt	- Cn Ce Gi Gt
Prox					*	Ag Cn Ce Gi Gt
Comum						*

Legendas: Hom: homogeneidade; Sal: saliência; Cons: consenso; Org: organização; Prox: proximidade; Comun: comunicação; Ag: agregados; Cn: categorias sociais naturalistas; Ce: categorias sociais entitativas; Gi: grupo de intimidade; Gt: grupos orientados para a Tarefa. Os coeficientes de correlação de todas as categorias apresentados na tabela possuem o $p < .05$

Figura 6 - Correlações entre a avaliação dos tipos de ente social, por cada domínio da dimensão entitativa.

Conforme se observa na figura 6, das 75 possibilidades (15 x 5), não foram registrados coeficientes de correlação estatisticamente significativos em apenas sete pares de relação (homogeneidade e saliência, para as categorias naturalistas; homogeneidade e consenso, para os agregados; saliência e proximidade, para as categorias entitativas; saliência e comunicação, para os grupos orientados para a tarefa; consenso e proximidade, para os agregados e categorias entitativas; consenso e comunicação, para os agregados; e organização e comunicação, para os agregados). Os demais 68 coeficientes de correlação foram significativos, com um $p < .05$.

Com a finalidade de verificar as correlações entre os conceitos associados às teorias implícitas fundamentadas na causalidade – as essências e os traços psicológicos – e na intencionalidade – história causal das razões, razões e fatores habilitadores – conduziu-se análises de correlação bivariada para cada tipo de ente social. A figura 7 evidencia que não

foram identificadas correlação significativa em seis dos 50 pares de correlação possíveis, o que mais uma vez favorece o entendimento de que os conceitos incluídos no modelo geral de estereótipos que adotamos estão relacionados entre si.

	Ess	Tra	MotRaz	FatHab	HCR
Ess	-	Ag* Cn* Ce Gi -	Ag - Ce* Gi* Gt*	Ag - Ce Gi Gt*	Ag* Cn - Gi* Gt
Tra		-	- Cn* Ge* Gi* Gt*	Ag Cn Ce - Gt	Ag* Cn* Ce Gi* Gt*
MotRaz			-	Ag Cn* Ce* Gi* Gt*	Ag* Cn* Ce* Gi* Gt*
FatHab				-	Ag* Cn* - Gi* Gt*
HCR					-

Legendas: ess: essência; tra: traços psicológicos; mot: motivos e razões; fat: fatores habilitadores; hcr: história causal das razões; com: comunicação; Agreg: agregados; CatNat: categorias sociais naturalistas; CatEnt: categorias sociais entitativas; Grulnt: grupo de intimidade; GruTar: grupos orientados para a tarefa. Fonte em, *itálico* indica um $p < .001$

Figura 7 - Correlações entre a avaliação dos tipos de ente social, por cada domínio da dimensão teoria implícita

Estes resultados, como um todo, sugerem duas coisas a respeito do modelo. Um primeiro ponto é assinalar quão imperativo é considerar as diferenças inerentes ao processo de estereotipização de cada um dos entes sociais, sugerindo-se, em consequência, que os estereótipos não são aplicados de forma indiscriminada e nem da mesma forma a todos os entes sociais. Ademais, acentua que a contribuição dos elementos entitativos e associados às teorias implícitas são diferenciados e também depende do tipo de ente acerca de qual o julgamento é realizado, embora não tenha passada despercebida a forte influência dos fatores habilitadores na explicação oferecidas para os cinco tipos de entes sociais. A segunda conclusão a que chegamos com o estudo 1 é a de que as dimensões que adotamos, a entitatividade e as teorias implícitas, são consistentes entre si. Estas duas conclusões, embora tenham oferecido o respaldo necessário para a continuidade dos estudos, precisaram ser submetidos a uma nova avaliação. Em função de alguns limites do estudo 1, em particular a utilização exclusiva de rótulos verbais para fazer alusão a cada um dos entes sociais, foram introduzidos aperfeiçoamentos que se consubstanciaram no estudo 2.

Estudo II

A hipótese geral formulada para o estudo 2 era a de que seriam identificadas diferenças no grau de estereotipização relativas aos entes sociais, sendo esperado um índice menor de estereotipização para os agregados, seguido pelos grupos orientados para a tarefa e, por último, um maior grau de estereotipização para as categorias sociais. Os resultados relativos ao teste desta hipótese podem ser visualizados mediante a inspeção dos intervalos de confiança de 95% apresentados no gráfico encontrado na figura 8.

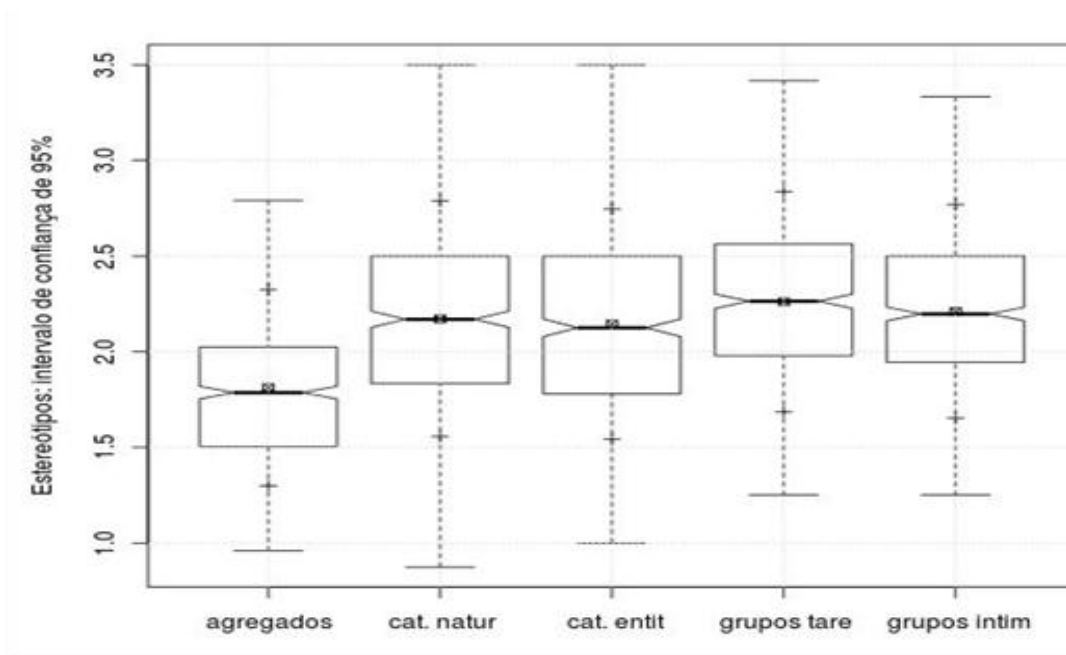


Figura 8 - Intervalo de confiança de 95% da média da variável estereótipos, por ente.

Uma ANOVA para medidas repetidas permitiu identificar uma diferença significativa entre as médias dos entes submetidos à avaliação (traço de Pillai = $F(4,566) = 486$, $p. < .001$). Para avaliar as diferenças entre as categorias conduziu-se uma série de testes de diferenças entre as médias para medidas repetidas e identificou-se que as médias dos agregados diferiram significativamente em relação aos grupos orientados para as tarefas ($t(596) = 18,63$, $p. < .001$), aos grupos de intimidade ($t(594) = 19,37$, $p. < .001$), às categorias naturalistas ($t(592) = 15,27$, $p. < .001$) e às categorias entitativas ($t(593) = 13,05$, $p. < .001$).

Torna-se claro, mediante a inspeção do gráfico, que os agregados foram avaliados de uma forma bem menos estereotipada do que os outros entes. Assinale-se, entretanto, que a média obtida (1,83), não permite sugerir que os estereótipos não sejam aplicados aos agregados sociais, ou pelo menos, que eles se apliquem exclusivamente às categorias sociais. No que concerne às diferenças entre as categorias e os grupos sociais, os resultados evidenciam que os grupos, tanto os de trabalho quanto os de intimidade, foram avaliados de forma mais estereotipada do que as categorias.

Esperávamos, adicionalmente, que as categorias naturalistas, por serem aplicadas de forma automática e incondicional, fossem avaliadas de forma mais estereotipada do que as entitativas, o que não foi corroborado pelos dados, pois não foram identificadas diferenças significativa entre as médias das categorias naturalistas e entitativas ($t(589) = 1,20$, $p. = .229$). Evidências adicionais sugerem uma maior complexidade no que concerne aos entes aos quais os estereótipos se aplicam. Identificamos, por exemplo, que a avaliação entre os dois tipos de grupos, orientados para a tarefa e de intimidade também não diferiram entre si ($t(588) = 0,96$, $p. = .335$). Em contrapartida, identificamos diferenças entre categorias naturalistas e os grupos orientados para a tarefa ($t(593) = 3,09$, $p. = < .05$) e grupos de intimidade ($t(588) = 2,46$, $p. < .05$) e, da mesma forma, também encontramos diferenças entre as categorias entitativas e os grupos orientados para a tarefa ($t(589) = 4,48$, $p. = < .001$).

e os grupos de intimidade ($t(588) = 2,06$, $p. <.05$). Esses resultados reforçam a interpretação de que os estereótipos se aplicam de forma diferenciada em relação aos tipos de entes, pois foram identificadas diferenças no grau de estereotipização entre os entes qualitativamente distintos (agregados, categorias sociais e grupos), ao mesmo tempo em que não foram identificadas diferenças significativas entre as os entes incluídos numa mesma dimensão (por um lado, grupos orientados para a tarefa e grupos de intimidade e, por outro lado, categorias sociais naturalistas e entitativas).

Este entendimento é reforçado pelas evidências obtidas mediante o uso de estratégias analíticas associacionais, ao considerarmos os coeficientes de correlação das respostas relativas aos cinco tipos de entes, todos positivos e de média intensidade, conforme se observa na tabela 2. A consistência dos valores dos coeficientes de correlação permitem sugerir que se trata de um mesmo construto teórico e favorece o entendimento de que o modelo de estereótipo adotado pode ser aplicado aos diversos tipos de entes sociais.

Tabela 2 - Coeficientes de correlação produto-momento de Pearson dos graus de estereotipização relativos aos cinco entes

	agregados	categorias naturalistas	categorias entitativas	grupos tarefa	grupos intimidade
agregados	-	.404	.217	.349	.486
categoria naturalistas		-	,425	,474	,469
categorias entitativas			-	,438	,411
grupos tarefa				-	,532
grupos intimidade					-

Em que pese à literatura a respeito dos estereótipos estar quase inteiramente centrada na análise das categorias sociais, os resultados evidenciam que os estereótipos acerca desses tipos de entes sociais, embora sejam bem mais intensos do que os aplicados aos agregados, são um pouco menos acentuados do que os aplicados aos grupos sociais. O que representa, no plano conceitual, a afirmativa de que as categorias sociais foram menos estereotipadas do que os grupos? Conforme salientado, acredita-se que o julgamento realizado a partir da dimensão da entitatividade é menos abstrato do que o julgamento categórico e esse resultado reflete este entendimento. O pensamento categórico está fortemente associado ao raciocínio mediante protótipos e a ideia de prototipicidade envolve menos elementos perceptuais do que a dimensão dos exemplares, uma noção que supõe a aplicação de um raciocínio menos formalizado que o julgamento mediante protótipos. Os grupos seriam, de certa forma, mais fáceis de serem percebidos como entidades, o que favoreceria a representação mais concreta desse tipo de ente quando comparados com as categorias sociais.

As relações entre as dimensões constitutivas do modelo podem ser avaliadas mediante a comparação entre as duas dimensões da entitatividade, homogeneidade percebida e direção comum, e as duas dimensões das teorias implícitas, as fundamentadas

na causalidade e as fundamentadas na intencionalidade. Os intervalos de confiança de 95% das respostas para cada uma dessas dimensões por tipo de ente podem ser identificados no gráfico apresentado na figura 9, no qual os valores relativos a cada uma das dimensões da entitatividade (HP e DC) estão articulados com os valores relativos às teorias implícitas (EC e EI).

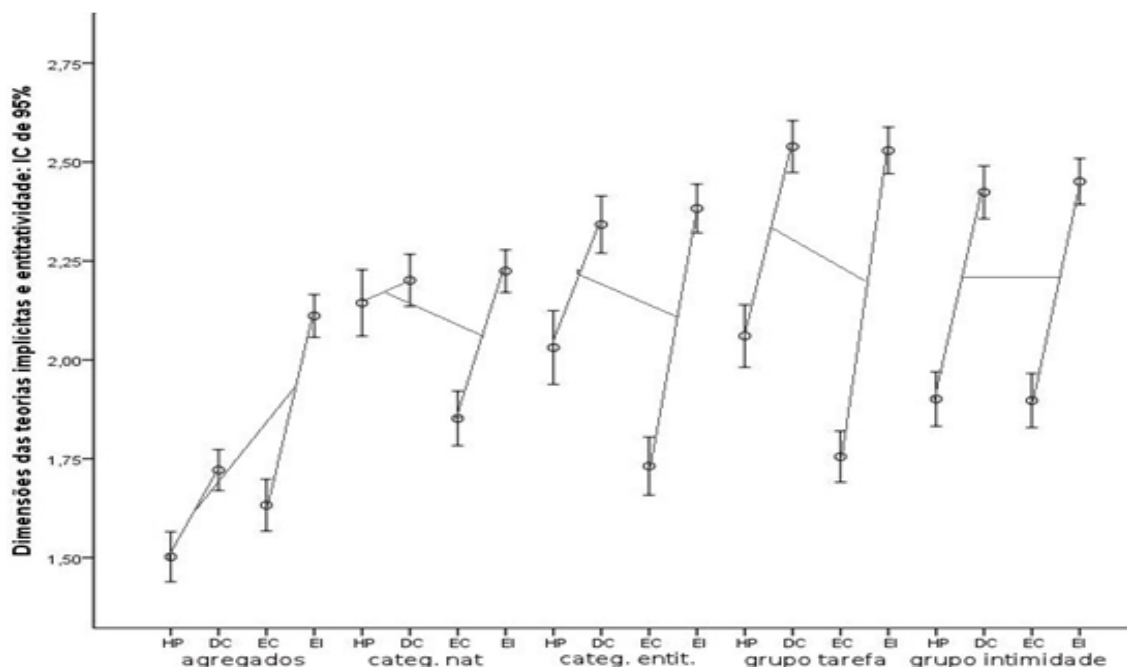


Figura 9 - Intervalo de confiança das dimensões homogeneidade percebida (HP), direção comum (DC), explicações fundamentadas na causalidade (EC) e explicações fundamentadas na intencionalidade (EI), por tipo de ente social.

O gráfico evidencia que as dimensões, a depender do tipo de ente, contribuem de forma diferenciada para a expressão dos estereótipos. As explicações fundamentadas na intencionalidade (constituídas pela história causal das razões, pelos fatores habilitadores e pelas razões e motivos) desempenham um papel destacado nas explicações para todos os tipos de entes. O outro fator relacionado com as teorias implícitas, as explicações fundamentais nas causas (essências e traços psicológicos), sempre é avaliado de forma menos intensa, independente do tipo de ente. Em relação à dimensão entitatividade, observa-se um predomínio da direção comum (organização, proximidade e comunicação) em detrimento da homogeneidade percebida (homogeneidade, saliência e consenso), embora esta tendência não seja cristalina no caso das categorias sociais naturalistas.

Conforme salientado previamente, o tipo de ente social que sofreu um menor grau de estereotipização foi o agregado. Afirmou-se, ao discutirmos o conceito de estereótipos, que estes se encontram na dependência do impacto conjunto de uma operação de des-individualização do alvo do julgamento, que se dá mediante a aplicação do raciocínio entitativo, e da elaboração de uma explicação para as causas e razões da ação do alvo do julgamento, que ocorre por influência das teorias implícitas. O único fator que contribuiu de forma acentuada na atribuição dos estereótipos para os agregados foi a explicação fundamentada na intencionalidade. A influência da homogeneidade percebida foi praticamente nula e o impacto tanto da direção comum quanto das explicações causais foi

pouco significativo. Torna-se claro que os membros de um agregado, uma fila, por exemplo, não são percebidos como semelhantes entre si, não são vistos como dotados de características psicológicas semelhantes e muito menos que agem de forma coordenada; fica claro, em contrapartida, que a principal fonte de explicação para as ações dos membros de um agregado é a intenção de cada indivíduo.

A característica mais acentuada da estereotipização das categorias sociais naturalizáveis reside no papel desempenhado pela homogeneidade percebida. Esta praticamente não difere em intensidade do efeito exercido pela direção comum, que se mostrou mais marcante nos demais tipos de entes sociais. As explicações causais, por sua vez, embora contribuam menos para a explicação dos estereótipos das categorias naturalistas, exercem um impacto mais marcante que no caso das categorias sociais entitativas. Esta parece, a propósito, a principal característica da estereotipização desse último tipo de ente social, no qual se observa um forte impacto das explicações fundamentadas na intencionalidade e da direção comum, bem como um impacto mediano da homogeneidade percebida. A comparação entre os dois tipos de categorias permite ressaltar um elemento chave na diferenciação das categorias, ou seja, uma forte discrepância na importância relativa dos dois fatores da entitatividade. No caso das categorias sociais naturalistas, a influência exercida pela direção comum praticamente não excede a influência desempenhada pela homogeneidade percebida, enquanto no caso das categorias sociais entitativas observa-se uma importância mais acentuada da direção comum e um menor impacto da homogeneidade percebida. Esses resultados em conjunto sugerem que a homogeneidade percebida e as explicações causais exercem um papel bem mais acentuado na estereotipização das categorias sociais naturalistas (sexo, idade e raça) do que nas modalidades de categorias sociais não facilmente naturalizáveis e indicam, adicionalmente, que a percepção de homogeneidade e atribuição de causas internas podem ser considerados dois fatores decisivos no processo de naturalização das categorias sociais.

No caso dos grupos sociais, as relações entre os construtos homogeneidade percebida, direção comum, explicações causais e explicações intencionais são bastante semelhantes e relativamente simétricas, configurando uma representação em forma de H, na qual a direção comum e as explicações intencionais exercem uma influência mais acentuada, respectivamente do que a homogeneidade percebida e as explicações causais. Esta assimetria, no entanto, não é tão perfeita no caso dos grupos orientados para a tarefa quanto a identificada nos grupos de intimidade. A assimetria sugere que nos grupos orientados para a tarefa a percepção de homogeneidade exerce um efeito bem mais acentuado do que aquele desempenhado pelas explicações causais. Dessa forma, pode-se pensar que os voluntários de uma ONG ou trabalhadores de uma linha de produção possam ser percebidos como semelhantes entre si no plano da superfície, sem que sejam realizadas inferências sobre a estrutura causal da explicação.

Considerações globais acerca do modelo

O nosso modelo de trabalho postula duas dimensões para os estereótipos, a entitatividade e as teorias implícitas. Alguma delas contribuiria mais do que a outra para a expressão dos estereótipos? Para testar as diferenças nas médias, conduziu-se um teste t de medidas repetidas entre as médias de todas as dimensões entitativas e de todas as dimensões das teorias implícitas, agregando todos os tipos de entes. O teste deixou claro a ausência de qualquer diferença entre estes índices ($t(627) = .632$, $p = .528$), o que parece

nos assegurar que as duas dimensões são igualmente significativas e globalmente não diferem em grau de importância em relação à expressão dos estereótipos.

Isso não indica, efetivamente, que ambas as dimensões são igualmente importantes para todos os tipos de entes. Dispomos de evidências de que, a depender do tipo de ente, uma dessas dimensões pode exercer efeitos mais acentuados do que a outra. O efeito das teorias implícitas foi mais acentuado nos agregados (ent = 1,65 e ti = 1,97; $t(575) = 11,85$, $p < .001$), enquanto o efeito da entitatividade foi mais marcante nas categorias naturalistas (ent = 2,20 e ti = 2,11; $t(562) = 3,16$, $p < .05$), nas categorias entitativas (ent = 2,21 e ti = 2,08; $t(526) = 4,40$, $p < .001$) e nos grupos orientados para as tarefas (ent = 2,29 e ti = 2,20; $t(563) = 3,05$, $p < .05$), não sendo identificadas diferenças entre esses domínios de análise no caso dos grupos de intimidade (ent = 2,20 e ti = 2,22; $t(558) = ,40$, $p = .687$).

No âmbito da entitatividade, o que mais contribui para a expressão dos estereótipos, a homogeneidade percebida ou a direção comum? Conforme salientado, a direção comum (grau de organização, proximidade e comunicação) apresentou médias muito altas do que a homogeneidade percebida (homogeneidade, saliência e consenso) em todos os entes analisados, ainda que esta diferença não tenha sido tão discrepante no caso das categorias sociais naturalistas quanto o foram nos demais tipos de entes.

Em relação às teorias implícitas, os resultados deixam claro que as explicações fundamentadas na intencionalidade (história causal das razões, fatores habilitadores e motivos e razões) obtiveram consistentemente índices mais altos do que as explicações fundamentadas na causalidade, sendo estes resultados comuns a todos os tipos de entes.

Esse conjunto de resultados oferece indícios de que o modelo geral dos estereótipos aqui desenhado é consistente com os dados. Um julgamento estereotipado demanda que o alvo seja des-individualizado, ou seja, incluído como parte de um ente social mais amplo, o que é possível em função da entitatividade, ao mesmo tempo em que é exigido que se ativassem determinadas teorias implícitas a respeito do ente ao qual o julgamento se refere.

A forma pela qual as duas dimensões exercem impacto depende do ente social. Os agregados foram muito menos estereotipados do que os outros entes sociais, o que pode ser explicado pelo impacto quase nulo da entitatividade e das teorias explicativas causais. Dentre as teorias implícitas intencionais, a intencionalidade foi a principal fonte e explicação das condutas dos membros dos agregados, embora se possa destacar um certo impacto da saliência e da organização.

As categorias naturalistas configuram-se no único tipo de ente no qual, no que concerne às teorias implícitas fundamentadas na causalidade, as explicações com base nas essências suplantaram as explicações elaboradas a partir de traços psicológicos, o que reforça o impacto do raciocínio essencialista na estereotipização de categorias como as de sexo ou gênero, a etária e as raciais ou étnicas. As categorias naturalistas não diferem das categorias entitativas em relação ao predomínio das explicações fundamentadas na intencionalidade, observando-se, nos dois casos, a ênfase na adoção de explicações mediante o apelo aos fatores habilitadores, ou seja, às pressões suscitadas pela situação. A principal diferença entre essas duas categorias reside no papel secundário desempenhado pelo pensamento essencialista no caso das teorias entitativas, onde se valorizou mais as explicações oferecidas mediante referências aos traços psicológicos. Em relação à dimensão entitativa da homogeneidade percebida, o impacto exercido pela homogeneidade, pelo consenso e pela saliência é relativamente baixo e foi praticamente o mesmo na avaliação das

categorias entitativas, enquanto no caso das categorias naturalistas o efeito da saliência e do consenso foi muito mais marcante que o da homogeneidade.

Ainda que os grupos orientados para a tarefa tenham apresentados os valores mais altos no que concerne ao grau de estereotipização, podem ser identificadas algumas diferenças em relação à expressão dos estereótipos quanto a estes dois tipos de entes. O papel desempenhado por uma variável entitativa, a organização, se destaca nos grupos de trabalho. Adicionalmente, os participantes do estudo não atribuíram importância ao consenso e, particularmente, às explicações causais de natureza essencialista, ao contrário das explicações intencionais fundamentadas nas razões e nos motivos, que receberam destaque. Os grupos de intimidade representam a configuração mais simétrica dentre todas as analisadas até o momento, destacando-se a influência de uma dimensão entitativa, a comunicação e uma teoria implícita de base intencional, a dos fatores habilitadores.

Considerações conclusivas: em direção ao modelo dos acoplamentos alternados

O objeto principal do presente artigo foi o de evidenciar quão limitado é circunscrever o conceito de estereótipos exclusivamente a um tipo de referente, a categoria social. Os resultados aqui apresentados não apenas deixam claro que os estereótipos também podem ser aplicados a outros entes sociais, a exemplo dos agregados e aos grupos sociais, como também evidenciou que nas categorias sociais naturalizáveis e entitativas podem ser identificadas diferenças importantes no impacto das variáveis incluídas nos experimentos (Levy, Plaks, Hong, Chiu & Dweck, 2001).

Também acentuamos a necessidade de considerar as duas dimensões incluídas no nosso modelo, a entitatividade e as teorias implícitas, para um entendimento mais rigoroso dos estereótipos e para uma melhor diferenciação em relação a outros conceitos da literatura psicossocial, uma vez que sem a primeira dimensão os referentes do julgamento seriam estritamente os entes individuais, não ocorrendo, portanto, a des-individualização que reputamos como uma operação mental imprescindível para a formação dos julgamentos estereotipados e, sem a dimensão das teorias implícitas, o julgamento aplicar-se-ia apenas ao indivíduo, sendo impossível a imputação de traços ou atributos ao ente social objeto do julgamento.

Enfim, uma última palavra sobre a necessidade de modificar a definição de estereótipos que adotamos como ponto de partida dessa reflexão, onde os definimos como crenças socialmente compartilhadas a respeito de determinados entes, em geral membros de uma categoria social, que tem por referentes suposições sobre a homogeneidade grupal e sobre os padrões de comportamento comuns adotados pelos membros do grupo e cujos fundamentos são encontrados nas teorias implícitas a respeito dos fatores que determinam os padrões de conduta dos indivíduos. Face aos resultados aqui relatados, convém introduzir alguns aperfeiçoamentos nessa definição. Em primeiro lugar, em que pese a tradição de trabalho na área, as categorias sociais não podem receber o papel destacado da definição original, pois foram menos estereotipizadas do que os grupos sociais. Adicionalmente, em relação ao domínio da entitatividade, a homogeneidade percebida não parece ser mais importante do que a direção comum. Finalmente, em relação às teorias explicativas, a ênfase em explicações causais em detrimento das teorias fundamentadas na intencionalidade também não se justifica, uma vez que elementos como a história causal das razões e, sobretudo, os fatores habilitadores foram utilizados com mais frequência que as explicações

com base em traços ou essências para a elaboração de explicações. Por tudo isso, obrigamo-nos a ajustar a nossa definição de estereótipos. Continuamos a considerar que eles cumprem a dupla função de organizar a realidade social e fornecer elementos de justificação e de legitimação dos arranjos sociais e passamos a considerá-los como sistemas de crenças socialmente compartilhados que se referem a padrões comuns de conduta ou a homogeneidade entre membros de um ente social e que são elaborados com base em teorias que se sustentam em arrazoados de natureza intencional ou em teorias explicativas causais.

Referências

- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Bhaskar, R. (1987). *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso.
- Bastian, B., & Haslam, N. (2006). Psychological essentialism and stereotype endorsement. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42, 228–235.
- Blair, I. V., & Banaji, M. R. (1996). Automatic and controlled processes in stereotype priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1142–1163.
- Brewer, M. B., Hong, Y., & Lee, Q. (2004). Dynamic entitativity: Perceiving groups as actors. Em V. Yzerbyt, C. Judd & O. Corneille (Eds.). *The psychology of group perception: Perceived variability, entitativity, and essentialism* (pp. 25–38). New York: Psychology Press.
- Campbell, D. T. (1958). Common fate, similarity and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioral Science*, 3, 14–25.
- Chiu, C., Hong, Y., & Dweck, C. S. (1997). Lay dispositionism and implicit theories of personality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 19–30.
- Crawford, M. T., Sherman, S. J., & Hamilton, D. L. (2002). Perceived entitativity, stereotype formation, and the interchangeability of group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 1076–109.
- Dasgupta, N., Banaji, M. R., & Abelson, R. P. (1999). Group entitativity and group perception: Associations between physical features and psychological judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 991–1003.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5–18.
- Doosje, B., Ellemers, N., & Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 410–436.
- Dweck, C. S., Chiu, C., & Hong, Y. (1995). Implicit theories and their role in judgments and reactions: A world from two perspectives. *Psychological Inquiry*, 6, 267–285.
- Estrada, C., Yzerbyt, V., & Seron, E. (2004). Efecto del esencialismo psicológico sobre las teorías ingenuas de las diferencias grupales. *Psicothema*, 16, 181–186.
- Estrada, C., Oyarzún, M., & Yzerbyt, V. (2007). Teorías implícitas y esencialismo psicológico: herramientas conceptuales para el estudio de las relaciones entre y dentro de los grupos. *Psyke*, 16(1), 111–122.
- Gilbert, D. T., & Hixon, J. G. (1991). The trouble of thinking: Activation and application of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 509–517.
- Hewstone, M. (1990). The “ultimate attribution error”? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311–335.
- Hamilton, D. L., & Sherman, J. W. (1994). Stereotypes. Em R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of social*

- cognition* (Vol. 2, pp. 1–68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Eds.). *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 119–143). Oxford: Blackwell.
- Haslam, N., & Levy, S. R. (2006). Essentialist beliefs about homosexuality: Structure and implications for prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32, 471–485.
- Hong, Y., Levy, S. R., & Chiu, C. (2001). The contribution of the lay theories approach to the study of groups. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 98–106.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of a false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1–27.
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25(6), 881–920.
- Jost, J. T., & Hunyady, O. (2005). Antecedents and consequences of system-justifying ideologies. *Current Directions in Psychological Science*, 14, 260–265.
- Jost, J. T., & Major, B. (Eds.). (2001). *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations*. New York: Cambridge University Press.
- Katz, D., & Braly, K. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280–290.
- Keller, J. (2005). In genes we trust: The biological component of psychological essentialism and its relationship to mechanisms of motivated social cognition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 686–702.
- Levy, S. R., Plaks, J. E., Hong, Y. Y., Chiu, C. Y., & Dweck, C. S. (2001). Static versus dynamic theories and the perception of groups: Different routes to different destinations. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 156–168.
- Levy, S. R., Stroessner, S. J., & Dweck, C. S. (1998). Stereotype formation and endorsement: The role of implicit theories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1421–1436.
- Lippman, W. (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt & Brace.
- Maass, A., Salvi, D., Arcuri, L., & Semin, G. R. (1989). Language use in intergroup contexts: The linguistic intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 981–993.
- Malle, B. (1999). How people explain behavior: a new theoretical framework. *Personality and Psychology Social Review*, 3, 23–48.
- Malle, B. (2006). *How the mind explains behavior. Folk explanations, meaning and Social Interactions*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Park, B., & Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051–1068.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: EPU.
- Pereira, M. E. (2011). *Entre as Teorias Implícitas e a Entitatividade: uma nova definição para os estereótipos*. Artigo submetido.
- Sechrist, G., & Stangor, C. (2001). Perceived Consensus Influences Intergroup Behavior and Stereotype Accessibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 645–654.
- Ryan, C. S., Bogart, L. M., & Vender, J. P. (2000). Effects of perceived group variability on the gathering of information about individual group members. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36, 90–101.
- Stangor, C. (2009). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory and research. Em T. Nelson (Ed.). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. New York: Psychology Press.
- Stangor, C., & Schaller, M. (1996). Stereotypes as individual and collective representations. Em C. N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and stereotyping* (pp. 3–40). New York: Guilford.

- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgement under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, 185, 1124-1131.
- Yzerbyt, V., Schadron, G., Leyens, J., & Rocher, S. (1994). Social judgeability: The impact of meta-informational cues on the use of stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 48-55.
- Yzerbyt, V. Y., Rocher, S. J., & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Eds.). *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 20-50). Cambridge: Blackwell.
- Weiner, B. (1985). An attributional theory of achievement motivation and emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92, 548-573.

Apresentação: 15/09/2012

Aprovação: 02/12/2012